

COLONIALISMO E A DESTRUIÇÃO AMBIENTAL: A QUESTÃO DA MINERAÇÃO EM RONDÔNIA

COLONIALISM AND ENVIRONMENTAL DESTRUCTION: THE MINING ISSUE
IN RONDÔNIA

COLONIALISMO Y DESTRUCCIÓN AMBIENTAL: LA CUESTIÓN MINERA EN
RONDÔNIA

Fábio Rodrigues Carvalho¹

Resumo: O atual trabalho buscou discutir em forma de ensaio teórico as contradições e os limites da mineração no Brasil, mais propriamente no estado de Rondônia. Se propondo a questionar o conceito de desenvolvimento, o colocando como um reflexo de nossa herança colonial, que concebe crescimento somente através da exploração desmedida e da subjugação da Natureza. Como saída desse labirinto capitalista predatório é proposto voltar-se para as cosmovisões originárias e locais latinoamericanas, como o Bem Viver, a luta pelos Direitos da Natureza, e a construção de outras formas de consumo e produção que relacionem os conceitos do decrescimento e do pós-extrativismo para o desenvolvimento de possibilidades efetivas para além da destruição do capital.

Palavras-chave: Colonialismo. Mineração. Rondônia. Bem viver.

Abstract: The current work sought to discuss in the form of a theoretical essay the contradictions and limits of mining in Brazil, more specifically in the state of Rondônia. Proposing to question the concept of development, placing it as a reflection of our colonial heritage, which conceives growth only through the excessive exploitation and subjugation of Nature. As a way out of this predatory capitalist labyrinth, it is proposed to turn to the original and local Latin American cosmovisions, such as Good Living, the struggle for the Rights of Nature, and the construction of other forms of consumption and production that relate the concepts of degrowth and the post -extractivism for the development of effective possibilities beyond the destruction of capital.

Key words: Colonialism. Mining. Rondônia. Well live.

Resumen: El presente trabajo buscó discutir en forma de ensayo teórico las contradicciones y límites de la minería en Brasil, más específicamente en el estado de Rondônia. Proponiendo cuestionar el concepto de desarrollo, situándolo como reflejo de nuestra herencia colonial, que concibe el crecimiento sólo a través de la explotación y sometimiento excesivos de la Naturaleza. Como salida de este laberinto capitalista depredador, se propone acudir a las cosmovisiones originarias y locales latinoamericanas, como el Buen Vivir, la lucha por los Derechos de la Naturaleza, y la construcción de otras formas de consumo y producción que relacionen los conceptos de decrecimiento y post-extractivismo para el desarrollo de posibilidades efectivas más allá de la destrucción del capital.

Palabras-clave: Colonialismo. Minería. Rondônia. Bien vivir.

Introdução

O processo de expansão comercial europeia, a partir do século XVI, e o consequente

¹ Graduado pela UNIFACIMED. fabio.relativity@gmail.com.

“descobrimento” das Américas é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do que conhecemos hoje como Colonialismo. Arelado ao próprio desabrochar capitalista, o Colonialismo europeu se nutriu das colônias nas Américas para desenvolver de forma metabólica o sistema capitalista industrial (Wendell Ficher Teixeira ASSIS, 2014). Nesse aspecto, o nascente capitalismo europeu se nutriu da dependência da colônia para sistematizar a construção de um regime de exploração e exportação de matérias-primas, através da servidão e escravização de povos originários e de populações negras trazidas do continente africano (Eric WILLIAMS, 2012).

A acumulação primitiva feita pela expropriação das terras e extermínio de incontáveis povos indígenas, fez-se validada por uma dita superioridade europeia, superioridade esta construída por demarcadores raciais, o diferente passa a ser o não humano, o indígena e o negro têm sua humanidade negada, o sujeito europeu é teleológico, o colonizado é apenas um acidente (Aimé CÉSAIRE, 2006). Essa diferença ontológica, constrói uma fratura civilizacional, que valida o pacto colonial de exploração, natureza e populações inteiras são renegadas à condição de coisas. Desse modo, as diversas formas de opressão como as de gênero, raça e classe, tem sua condição de existência intrínseca ao jugo colonial, fincando historicamente suas raízes no imaginário coletivo (Leandro MISSIATTO, 2020).

É importante pontuar que para a sobrevivência do colonialismo é necessário muito mais que uma dominação física, faz-se necessário também uma dominação subjetiva do colonizado, a inferiorização da identidade autóctone, de seu modo de vida, visa criar uma aceitação e valorização da cultura do colonizador, nisso, o colonizado nega seu ser dialeticamente, subjugando-se em espírito ao pacto colonial (Frantz FANON, 1968). Nesse sentido, como afirma Aníbal Quijano (2005) a lógica colonial cria em seu bojo a subalternização do ser colonizado pelo eurocentrismo, efetivando uma colonialidade do poder, que inferioriza e desumaniza aqueles que vivem no sul global.

Nessa dinâmica, na América Latina desde os primórdios do “descobrimento”, o colonialismo é uma ferida aberta, a natureza, os povos originários e afrodescendentes foram transformados em substratos potencializadores da máquina capitalista (Eduardo GALEANO, 1999). Alberto Acosta (2019) argumenta que essa lógica predatória de corpos e componentes naturais, teve como base uma concepção antropocêntrica do mundo, o ser humano é a medida de todas as coisas, o meio natural inteiro é explorado como se fosse ilimitado para alimentar o capital, a natureza é destinada como recurso inesgotável para a exploração humana. Nessa separação dicotômica entre sujeito e natureza, o indivíduo colonizado não se sente parte integrativa do meio ambiente, a natureza e se torna um corpo estranho que deve ser dominado.

Para Alberto Acosta e Ulrich Brand (2019) o colonialismo capitalista foi a gênese do desequilíbrio ecológico latinoamericano, a exploração da natureza, retirando da terra muito mais do que ela poderia dar, rompeu com o ciclo de uso harmônico da terra praticado pelos povos originários. As novas formas de produção advindas do florescer capitalista, e a necessidade dos países europeus de matérias primas, produziu as bases para a dependência econômica latino-americana de exportação de matéria primas, condição essa, que ainda hoje fomenta a economia de praticamente todos os países latino-americanos.

Nesse sentido, a colonização dos espaços geográficos, o extermínio e marginalização dos povos tradicionais, sempre foram uma realidade na América Latina. A dependência da exploração de matérias primas para suprir a grande demanda dos países capitalistas centrais, produziram e produzem nas terras latino-americanas uma devastação sem precedentes da natureza, assim como a marginalização e exclusão das diversas comunidades tradicionais (Eduardo GUDYNAS, 2020). A mineração em grande escala é um dos exemplos mais dramáticos dessa lógica predatória, seus impactos à biodiversidade e a populações inteiras, têm muitas vezes um caráter irremediável (Maristella SVAMPA, 2019).

A mineração foi umas das principais formas de exploração de muitos países colonizados latinoamericanos, temos como exemplos, Potosí na Bolívia, que se converteu no principal produtor de prata do período colonial, através da exploração do trabalho de milhares de indígenas, e as minas de Ouro Preto no Brasil, que transformaram o país no maior produtor mundial de ouro, as custas, é claro, do trabalho forçado do sistema escravista (GALEANO, 1999). Nisso, temos a história do desenvolvimento latinoamericano atrelado a uma dependência de exploração de matérias primas, os solos ricos em minérios passaram a ser literalmente saqueados, pela exploração da força de trabalho de populações inteiras racializadas e inferiorizadas pelo domínio colonial.

Para Horacio Machado Aráoz (2020) a colonização criou o ideário da mineração em grande escala como única prática possível de desenvolvimento, mesmo que esse desenvolver fosse calcado numa violência social e ambiental, Potosí se torna o exemplo mais evidente dessa perspectiva, a exploração de suas minas de prata trouxe riquezas para poucos, e uma quantidade enorme de pobreza que se expandiu cada vez mais, principalmente com o declínio da mineração na região.

A partir dessa problemática, já no século XX, principalmente em sua segunda metade, a mineração teve um enorme salto de investimento e expansão, as mega-minerações em céu aberto surgem com maior intensidade, se expandindo para áreas antes pouco exploradas, essa expansão se deve a própria dinâmica do capital monopolista e sua necessidade de exploração

de matérias primas (Francisco Rego Chaves FERNANDES; Eliane Rocha ARAÚJO, 2016). Além disso, Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (2016) explica que no decorrer da primeira década do século XXI, com o aumento do preço das *commodities* minerais no mercado mundial, ocorreu um novo aumento em grande escala da exploração mineral, alavancada pelo crescimento da demanda mundial, principalmente de países asiáticos, diversos países latino-americanos buscaram expandir suas zonas de exploração. Este modelo extrativista de grande mineração fortaleceu políticas de domínios de territórios inteiros por gigantescas corporações, tendo impactos diretos no meio ambiente e nas populações locais.

O cenário que se apresenta no Brasil atual, um dos principais exportadores de *commodities* mundiais, é uma tendência cada vez maior no fortalecimento das atividades mineradoras, com megas empresas expandindo progressivamente suas atuações, acarretando como consequência uma reprimarização econômica (GONÇALVES, 2016). Nessa lógica, a dependência econômica de atividades mineradoras se estabelece em diversas regiões brasileiras como uma das principais fontes de renda, todavia, os impactos socioambientais dessas atividades produzem contradições que se sentem principalmente nas comunidades locais, ao mesmo tempo que produzem riquezas, a mineração retira essas populações de seus territórios, explora seu trabalho a baixo custo e contamina seus corpos com substâncias tóxicas (Elias Antonio VIEIRA, 2011).

A Amazônia brasileira, por seus vastos territórios ainda pouco explorados, é um dos principais alvos da expansão mineradora no Brasil. A história da Amazônia sempre foi marcada por projetos pensados fora dela, suas populações locais sempre ficaram à margem da instituição de grandes projetos econômicos, pode-se falar explicitamente de uma invisibilização da realidade e demandas dos povos amazônicos (Marlon Aurélio Tapajós ARAUJO; Patrícia DE SALES BELO, 2009). Como consequência direta dessas invisibilização das realidades locais, as diversas atividades mineradoras em curso em estados como: Pará, Amapá, Roraima, Amazonas e Rondônia, vem acarretando sérios problemas ambientais e de saúde pública, fora as atividades ilegais em terras indígenas que trazem impactos diretos a essas populações originárias (Philip Martin FEARNSIDE, 2019).

Abordando especificamente o estado de Rondônia pode-se argumentar que sua história é marcada por uma colonização de exploração direta da natureza. A imigração por causa da borracha e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré no início do século XX, demonstram o lugar que esta região amazônica ocuparia como provedora de “recursos naturais”. Entretanto, podemos afirmar que é no auge dos governos militares, a partir de 1970, que o estado expandiria sua massa populacional, com promessas de fácil acesso à terra, e a

melhoria da qualidade de vida. Todavia, as estratégias para a ocupação do estado foram feitas de forma não planejadas ambientalmente, atendendo a interesses econômicos e políticos, o que propiciou muitos conflitos por terra no estado (Maria Aparecida DA SILVA; Odete BURGEILE, 2015).

Para Cláudia Muler (2019) a colonização do estado de Rondônia também está fortemente atrelada à descoberta de extensas quantidades de minérios em seu solo, principalmente a Cassiterita. Vários grupos de empresas passam a explorar esses minérios na década de 1970, em sua maioria de forma manual e ilegal com a crescente exploração ilegal, na década de 1980, o garimpo manual é liberado pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, com isso, diversas áreas de garimpos foram abertas no estado, consolidando essa prática na região.

Dentre os diversos impactos relacionados à mineração no estado, os mais diretos se relacionam aos próprios trabalhadores dessas atividades, que geralmente trabalham de forma precarizada, se submetendo a contato direto com substâncias tóxicas como o mercúrio, constante exposição ao sol e a água, sem o uso adequado de equipamentos de proteção (Vagner Ferreira do NASCIMENTO *et al.*, 2019). Entretanto, apesar do risco à saúde e da degradação ambiental em maior ou menor escala, a população local, vulnerável socialmente, tem poucas opções de trabalho diferentes, isso acarreta uma dependência direta da atividade extrativista (Aurelio Diaz HERRAIZ; Maria de Nazaré Souza SILVA, 2015). Essa dependência econômica das atividades mineradoras produz no imaginário popular, de que a única saída possível para sua sobrevivência é a mineração, e isto de fato não está errado, pois esta visão está baseada numa necessidade real, todavia a própria dependência da mineração cria as condições de manutenção da vulnerabilidade social dessas pessoas.

A grande questão que se coloca na atual conjuntura, sabendo dos avanços da degradação ambiental, e os impactos do extrativismo capitalista, é como oferecer outras opções para o próprio modelo de desenvolvimento que se atrela a necessidade de exploração desenfreada de componentes naturais? Acosta e Brand (2019) assinalam alguns caminhos possíveis em construção, como a concepção do pós-extrativismo, que procura gerir de uma forma harmônica os recursos naturais, de acordo com os limites da natureza, o estabelecimento dos Direitos da Natureza, que compreende a Natureza como sujeito de direitos e com valor intrínseco, muito além do valor econômico, e o ideal do Bem Viver (Sumak Kawsay), que se pauta na relação não destrutiva com o meio ambiente, e o desenvolvimento de uma sociedade justa em interrelação com os saberes indígenas.

Essas novas possibilidades buscam construir um imaginário descolonizado que não se

baseie na exploração econômica de povos e da natureza para a construção de uma outra sociedade (Gerhard DILGER; Jorge PEREIRA FILHO, 2016). Estas outras formas de relação humano/natureza, podem ser a forma potencializadora, para conseguirmos lidar com as contradições que se impõem pela exploração sem controle do meio natural.

O debate da mineração em Rondônia tende a se enriquecer se estiver aberto para esses novos caminhos. Diante da ótica apresentada, o presente trabalho tem como objetivo discutir em forma de ensaio teórico, as contradições inerentes da prática da mineração em Rondônia, prática essa herança da colonização, que se perpetua no imaginário popular, e também propomos apresentar algumas saídas possíveis para o labirinto da exploração capitalista inconsequente da natureza.

Crescimento baseado na exploração de recursos naturais: uma perspectiva colonizada

A exploração da natureza sempre foi o objetivo do projeto colonizador implantado nas Américas. Aráoz (2020) argumenta que o processo colonizador só teve sentido de existir, quando logo após o “descobrimento” teve-se provas da existência de ouro e outros minérios nesses territórios, a exploração mineral foi o princípio potencializador da expansão colonial. Desde o início, baseado numa perspectiva de progresso, a exploração desenfreada da natureza legitimou barbáries humanitárias e degradação ambiental sem precedentes, o modelo de desenvolvimento do colonizador passou a se constituir como única forma de desenvolvimento possível.

Neste aspecto, Aráoz (2020) vai ainda mais longe, para o autor, Potosí na Bolívia, foi o princípio da modernidade capitalista, e não a revolução industrial inglesa, foi em Potosí, que as primeiras grandes experimentações do florescente capitalismo tiveram espaço. A prata entranhada em suas montanhas, foi o combustível para o desenvolvimento e fortalecimento do comércio marítimo, e a consolidação da Espanha como potência mundial naquele período. O que é interessante nos argumentos de Aráoz, é o papel primordial da mineração para o desenvolvimento do capitalismo mundial, estabelecendo desde os primórdios uma dependência substancial da exploração do ambiente natural dos países colonizados, para alimentar as metrópoles em seu capitalismo emergente.

O caráter da dependência econômica dos países latino americanos, que se expressa desde o início do jugo colonial tem características muito específicas, que, segundo Raphael Lana Seabra (2019) podem ser explicados da seguinte forma: a) o subdesenvolvimento é resultado direto e

necessário da expansão capitalista mercantil do século XVI; b) a dependência envolve uma relação de dominação e exploração entre países, e também de classes sociais, que se articulam interna e externamente, não podendo ser pensadas apenas como fator externo. Diante disso, a exploração ambiental, aliada a subserviência da burguesia nacional ao capital estrangeiro, foram fundamentais para alavancar o caráter da dependência econômica dos países latino-americanos.

Para além da dependência econômica, o colonialismo é uma doença que contamina mente e corpos, como aponta Fanon (1968) a chaga do colonialismo se insere na mente e no corpo do colonizado como um vírus que infecta o ser colonizado em sua plenitude. A violência colonial subverte a potência criadora em trauma colonial, produzindo nesse processo um ser em ruptura, que escapa do seu próprio eu, se perdendo na mentira do mundo colonial. Entretanto, como afirma Césaire (2006) a colonização também tem seu efeito negativo no colonizador, o embrutecendo na violência, no ódio racial, no despertar de instintos ocultos, da cobiça, levando o colonizador ao extremo da violência contra o outro.

O colonialismo é algo ainda presente na realidade dos países latino-americanos, muito mais que uma dominação pela violência física feita pelo estado, o colonialismo classifica e produz identidades raciais. Para Quijano (2005), a *colonialidade do poder* é justamente um tipo de racionalidade específica, que nasce nos primórdios da colonização, através de uma perspectiva eurocêntrica, cria a ideia de raça moderna, consolidando um novo padrão de poder mundial, fundamentado no conceito de raça. Esse padrão de poder domina até hoje, consolidando a dominação e inferiorização de povos originários e afrodescendentes na América Latina.

Essa nova concepção de raça, produzida pela colonialidade, hierarquizou sociedades humanas, claro, com a sociedade europeia no topo civilizacional, a Europa era o grande modelo do mundo, que tinha por direito explorar e dominar outros povos. Mesmo com o fim do colonialismo, em sua forma de dominação estatal, a colonialidade se mantém arraigada na cultura, e no pensamento dominante, naturalizando posições sociais desiguais, em forma de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios. Apagar o caráter colonial da modernidade é olvidar como foi estruturada a própria sociedade moderna, mesmo hoje, quando se pensa em “modernizar” alguma região como a Amazônia, por exemplo, a ideia de colonizá-la já surge como uma consequência lógica (Carlos Walter PORTO-GONÇALVES; Pedro DE ARAUJO, 2012).

Outro ponto importante a se analisar dos efeitos do colonialismo, é o da construção de uma relação da natureza como objeto. Diferentemente dos povos originários que tinham uma

relação de conexão profunda com o meio natural, a dominação colonial estabeleceu um regime antropocêntrico, que vê a natureza como coisa a ser explorada pelo ser humano como um recurso inesgotável, essa concepção rompeu com a cosmovisão indígena biocêntrica, de utilização harmônica da natureza (ACOSTA, 2019). Essa ruptura tem impactos diretos na forma de exploração em solos latino-americanos.

O extrativismo em grande escala, é uma das maiores heranças de nosso passado colonial, se mantendo ainda hoje no imaginário colonizado como única forma possível de desenvolvimento. Em diversos países latino-americanos, incluindo o Brasil, a ideia de soberania regional, crescimento econômico e melhoria social passa diretamente pela exploração em escala ampliada dos diversos componentes naturais como; petróleo, gás natural, minérios, entre outros. Essa perspectiva prevalece intacta entre governos conservadores e progressistas, o que muda é apenas a forma de exploração, se envolve e/ou não empresas privadas estrangeiras ou nacionais, ou empresas estatais (ACOSTA; BRAND, 2019).

Para Acosta e Brand (2019) a concepção de crescimento moderna é uma construção colonial, que se estabelece através do modelo capitalista de exploração, no capitalismo a exploração de “recursos” é contínua e predatória, a mentalidade capitalista não percebe a natureza como limitada em suas possibilidades, e sim como meio necessário para a acumulação do capital. Nesse processo, em países dependentes como os latino-americanos, a forma mais comum de se pensar desenvolvimento é atrelada a ideia de crescimento econômico, que se conecta intrinsecamente à exploração desenfreada da natureza.

Nessa lógica de crescimento através da exploração da natureza, o capitalismo predatório explora e destrói ecossistemas inteiros, afetando o ciclo natural, e prejudicando populações locais que tem uma forma de relação não predatória com seu meio natural. A mineração, nesse aspecto, surge como um ideário para o crescimento econômico, diversos países latino-americanos, inclusive no dito ciclo de governos progressistas, a partir dos anos 2000, aumentaram a exploração mineral em diversas áreas antes inexploradas, expandindo cada vez mais a fronteira de mineração, para áreas antes protegidas (ARÁOZ, 2020).

Entretanto, para Svampa (2019) essa lógica de crescimento baseada na exportação de *commodities*, sustenta uma ilusão de progresso, que esquece do caráter dependente de nossa economia, depender desse tipo de exportação é extremamente inapropriado ao longo prazo. Cria-se uma dependência substancial de produtos de alto impacto socioambientais, que oscilam seus preços no mercado mundial de forma muito frequente, causando crises cíclicas de capital, crises essas muito frequentes nos países latino-americanos.

Este ideário de crescimento carrega consigo o apagamento de outras alternativas

sistêmicas, tendo apenas a ideia de desenvolvimento atrelada ao crescimento econômico capitalista como única saída possível. Outras possibilidades envolvendo relações mais saudáveis com a natureza, que levem em conta saberes ancestrais, se perdem por concepções coloniais antropocêntricas, que enxergam a natureza apenas como coisa a ser explorada (ACOSTA, 2019). Esse tipo de percepção capitalista de exploração, ainda domina massivamente países latino-americanos, como o Brasil, que cada vez mais expande sua exploração ambiental, os olhos do capital no Brasil se voltam cada vez mais para os territórios amazônicos, ricos em recursos naturais, é nesse jogo de interesses de dominação e exploração que o estado de Rondônia está inserido.

A mineração em Rondônia e suas contradições

A partir de 1970, tem-se início o que podemos chamar de colonização dirigida de diversas regiões da Amazônia brasileira, esse tipo de colonização tinha como característica o importante papel assumido pelo estado na implantação e coordenação desse projeto. De forma abrangente, com os diversos incentivos do estado para adquirir terras na região, a expansão da fronteira agrícola foi uma realidade que já começava a se concretizar em 1980. Com a necessidade de disciplinar e assentar diversas famílias que chegavam na região, o estado de Rondônia tornou-se em um dos grandes expoentes do processo de colonização da região amazônica (Lenita Maria TURCHI, 2015).

Como indica Cláudia Pinheiro Nascimento (2010), Rondônia, assim como outras regiões amazônicas, teve sua colonização marcada pela necessidade da abertura de novas áreas de exploração de matérias primas, que pudessem abastecer as outras regiões do país. Os ciclos do extrativismo mineral-vegetal, que se estabeleceram no estado junto com a agropecuária, não conseguiram desenvolver tecnicamente setores de transformação de produtos primários, o que propiciou uma dependência econômica direta dessas outras regiões.

Abordando propriamente a questão da mineração no estado, sabe-se que ela foi uma importante fonte de recursos, principalmente pela exploração do ouro no Rio Madeira e da Cassiterita, na reserva de Bom Futuro, em Ariquemes. A mineração foi um dos principais fatores de imigração e urbanização, deslocando para as regiões mineradoras uma grande quantidade de mão de obra, entretanto esses deslocamentos desorganizados social e ambientalmente, ajudaram a inflar de forma desordenada grandes perímetros urbanos no estado (NASCIMENTO, 2010).

Os impactos ambientais acarretados pelas empresas mineradoras são significativos, no

caso de Bom Futuro, envolveu uma grande área desmatada, escavações, depósito de rejeitos e abertura de estradas (NASCIMENTO, 2010). Ainda hoje, o garimpo aurífero em Porto Velho, e no norte do estado de Rondônia são exemplos do uso predatório dos recursos naturais, acarretando impactos socioambientais diversos nas regiões em que estão instaladas as zonas de mineração (HERRAIZ; SILVA, 2015).

Segundo Valdenize Ramos de Amorim (2018) apesar que hoje a atividade de garimpo tenha decaído significativamente, ainda existem muitas atividades sendo feitas ao longo do Rio Madeira, muitas de forma ilegal em áreas protegidas, atividades essas de alto impacto ambiental, seja pela devastação ambiental ou pela utilização de substâncias tóxicas, como o mercúrio na lavra do ouro.

Os altos níveis de contaminação por mercúrio nas regiões do Rio Madeira, é um problema grave e de impactos diretos em comunidades locais que dependem do Rio para sobreviver. Estudos como o de Henrique Neuto Tavares (2020) demonstram altos níveis de contaminação por mercúrio de comunidades ribeirinhas do alto Madeira, podendo estar relacionado diretamente com os hábitos alimentares, que envolvem o consumo regular de peixes contaminados. Mourão *et al.* (2016) em outro estudo evidenciou em seus dados, uma taxa elevada de mercúrio em peixes da região do Madeira, fazendo uma correlação do consumo desses peixes, com as taxas altas de mercúrio encontradas em populações ribeirinhas da região de Porto Velho.

Além disso, outro estudo constata que crianças da região estão sob o efeito da exposição de mercúrio e que concentrações do metal foram encontradas em seus cabelos, sendo associadas a um menor desempenho em medidas neuropsicológicas (Cassio dos Santos LIMA, 2018). Apesar de que mais estudos precisam ser feitos para investigar a correlação direta entre as atividades mineradoras e as altas taxas de mercúrio encontradas em peixes e populações ribeirinhas, as pesquisas aqui pontuadas já apresentam dados alarmantes.

Com relação a mineração em terras indígenas, a situação é extremamente preocupante, segundo aponta Ricardo Gilson da Costa Silva e Luís Augusto Pereira Lima (2019) na Nota Técnica 001/2019: *Cartografia da Mineração em Terras indígenas em Rondônia*, diversas terras indígenas em Rondônia sofrem com a grande pressão mineradora, sendo que existem mais de 5.436 solicitações/registros para a atividade, o que evidencia a disputa econômica de áreas para mineração no estado. Muitas das terras indígenas estão com suas áreas ameaçadas em até 60% por requerimentos para a exploração mineradora, o que poderia acarretar impactos ambientais sem precedentes.

Terras indígenas como a *Uru-Eu-Wau-Wau*, a maior área indígena de Rondônia,

representam 45% do território requerido para mineração, o que significa a possibilidade de um impacto ambiental e cultural enorme, tendo em vista os povos que vivem ali isolados. É preciso destacar que são nessas terras que estão localizadas as principais nascentes dos rios da bacia do Rio Madeira, o que cria a necessidade de uma ampla preservação ambiental (SILVA; LIMA, 2019). As constantes tentativas de avanço em terras indígenas das atividades mineradoras, demonstra como o território rondoniense está em disputa, não importando os impactos socioambientais.

A dependência das atividades mineradoras é um fator importante a se analisar, apesar das diversas problemáticas como o trabalho precarizado na mineração, o envenenamento por substâncias tóxicas, o desmatamento, a manutenção de níveis de desigualdade social (HERRAIZ; SILVA, 2015). A mineração tem contribuições significativas nas economias locais, criando uma dependência direta dessas atividades. Todavia, essa dependência não produz um desenvolvimento para essas regiões que supere as contradições socioambientais, o que se presencia é uma grande apropriação por capitais extra regionais e estrangeiros, dos recursos produzidos regionalmente, reforçando o caráter dependente da economia (Índira Rocha MARQUES; Gilberto de Souza MARQUES; Fernando Araújo ALVES, 2019).

Todas essas contradições posicionam Rondônia, assim como outras regiões amazônicas, num cenário muito particular de exploração de recursos naturais pelo capitalismo, pensada sempre através de uma visão colonialista, que nunca levou em conta a realidade e as demandas dos povos que aqui residiam, a Amazônia brasileira foi e é um polo de intensa exploração, e a mineração ocupa cada vez mais espaço nesse contexto (ARAÚJO; DE SALES BELO, 2016). A colonialidade, como mentalidade que domina e apaga outras formas de vivências (QUIJANO, 2005), têm em Rondônia um laboratório em constante florescer. Diante de todas essas questões, como pensar em outras possibilidades, que vão para além do modelo capitalista predatório atual?

Descolonizando o imaginário

O colonialismo em sua essência foi um regime da violência (CÉSAIRE, 2006), as marcas dessa violência ainda se mantêm no imaginário social, o racismo entranhado em nossa sociedade é a herança direta desse sistema, é através da colonialidade, como reprodutora do *modus* colonial (QUIJANO, 2005), que se legitima a dominação geográfica de novos espaços, hierarquizando em relações de poder, raça, cultura, territórios, gênero e epistemes. O imaginário sobre a necessidade de expandir a colonização da Amazônia, é um exemplo nítido dessa

colonialidade.

Desta forma, para construir outros mundos possíveis, temos como possibilidade pensarmos formas de existência que vão para além da colonialidade, escapando de uma perspectiva norte-cêntrica, que limita as possibilidades de imaginação de outros mundos contrários à lógica capitalista. Nesse sentido, Acosta (2019) pontua algumas possibilidades já existentes em nossos territórios, em seus povos originários, que podem trazer algumas direções a seguir para fora deste labirinto.

Entre essas possibilidades temos o Bem Viver (Sumak Kawsay), que é um modo de vida que preza o equilíbrio com a natureza, com a diversidade, respeitando os ciclos naturais do planeta, e reconhecendo seu valor intrínseco. Este saber ancestral, que em palavra é de origem Quéchua, tem, entretanto, suas perspectivas comuns entre diversos povos indígenas da América Latina (ACOSTA, 2019). O Bem Viver, pode ser o caminho para se construir outras relações com a natureza, fortalecendo o seu valor intrínseco, diferindo totalmente da concepção colonial capitalista de exploração desmedida.

A construção do entendimento de que a natureza é um sujeito de direitos também é muito importante para rompermos com os processos de destruição de florestas e de seus povos originários. Os Direitos da Natureza, tem como base a ruptura de uma concepção antropocêntrica de relação humano-natureza, que percebe o meio natural apenas como coisa subjugada para a exploração, para uma visão biocêntrica, que entende os ciclos da natureza, entendendo seu valor como algo intrínseco (GUDYNAS, 2020). Essa ruptura de visão antropocêntrica é fundamental para construir outras formas de vivência com o próprio meio, pensando na Amazônia e nos processos de expansão predatória na região, essa ruptura pode significar a sobrevivência de seu ecossistema.

Um exemplo concreto sobre a implementação dos Direitos de Natureza, é o caso emblemático do Equador, que em 2008 implementou na elaboração de sua constituição os Direitos da Natureza, delimitando de forma objetiva, os direitos intrínsecos da natureza, e a responsabilidade do estado e sociedade civil na preservação dos biomas do país (ACOSTA, 2019). Os Direitos da Natureza foram um passo muito grande para a preservação ambiental no Equador, que apesar das limitações, é o primeiro caso mundial de uma iniciativa concreta nesse sentido.

Outro ponto urgente a se analisar, se quisermos construir um outro modelo de sociedade, é questionar essa perspectiva unitária de desenvolvimento, baseado na ideia de crescimento econômico, que tem suas raízes fincadas num processo colonial de dependência econômica, e de exploração socioambiental. Nesse ponto, Acosta e Brand (2019) elucidam algumas

alternativas sistêmicas que podem ser tomadas a nível regional e global, entre elas temos as perspectivas do Decrescimento e do Pós-extrativismo, que se pensadas em conjunto com o ideário do Bem Viver e dos Direitos da Natureza, podem construir pontes concretas para um mundo melhor.

O termo Decrescimento é um conceito econômico, e também político, que entende que o aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, não é algo sustentável a longo prazo para o ecossistema global. Nisso, é necessário construir outras relações econômicas, que passam por questionar o consumismo global, optando por formas de consumo menos danosas ao meio ambiente, isto também significa, que países do norte global devem rever seus padrões de importações em grande escala de matérias primas de países periféricos do capitalismo. Já o conceito de Pós-extrativismo, trabalha com a construção de possibilidades sistêmicas para o próprio modelo de extrativismo industrial atual, que é insustentável ecologicamente, não é acabar com o consumo ambiental, mas propiciar transições que degradem o meio ambiente o menos possível, isso passa por rever a dependência econômica nesses setores da economia, e propor outras formas de desenvolvimento que afetem menos possível a natureza (ACOSTA; BRAND, 2019).

É necessário ter em mente, como afirma Acosta e Brand (2019) que essas perspectivas do Decrescimento e do Pós-extrativismo, só podem se efetivar de maneira conjunta, pensando Decrescimento principalmente como uma perspectiva para o norte global, e o Pós-extrativismo, como uma saída dos países periféricos, do labirinto de destruição ecológica do capitalismo. Esses dois modelos, pensados ainda na perspectiva do Bem viver, contemplando os Direitos da Natureza, podem ser importantes para construir outros caminhos possíveis.

Pensarmos em alternativas para o modelo extrativista atual, parece muitas vezes uma utopia, todavia é uma necessidade urgente, sabendo que nosso planeta é limitado em recursos e o aquecimento global é uma realidade. Cada vez mais se expande a fronteira de devastação da amazônia, o desmatamento, para a criação de gado, ou plantio de soja, a mineração, são atividades predatórias, com impactos socioambientais enormes. No caso específico da mineração, a “febre do metal”, avança de forma ilegal em terras indígenas, levando doenças, e destruição da fauna e flora local. O “homem-mercadoria”, como afirma os Yanomami, deixou de se comunicar com os espíritos ancestrais, se perdendo em sua ganância por metais, esquecendo da integração direta entre ser humano e natureza (Davi KOPENAWA; Bruce ALBERT, 2019).

Considerações Finais

A mineração na América Latina é um produto direto do colonialismo e do capitalismo predatório, países como o Brasil cada vez mais expandem sua fronteira extrativista, causando impactos diretos e indiretos a biodiversidade e a comunidades locais. Rondônia como um dos maiores exemplos de degradação ambiental no país, também sofre com os malefícios do avanço minerador, terras indígenas e reservas ambientais no estado estão cada vez mais ameaçadas pela ilusão cega de crescimento a qualquer custo, sem medir os impactos a curto e a longo prazo dessas atividades.

As possíveis saídas desse labirinto colonial/capitalista em que este trabalho se propôs como objetivo, estão em questionar a própria noção de desenvolvimento unitário economicista que se tem no capitalismo. Voltando-se para cosmovisões dos povos originários e locais latinoamericanos como o Bem viver, que pensa uma sociedade para além de um ideário capitalista de produção e consumo, resgatando a valoração das relações humanas, e de sua relação harmônica com a natureza. Nesse aspecto, temos que também pensar nos Direitos da Natureza, fazendo uma mudança de uma perspectiva antropocêntrica, para uma biocêntrica, que tenha a natureza como sujeito de direitos, com valor intrínseco em si. Nisso, pensando Bem Viver e direitos da Natureza de maneira conjunta, podemos elaborar outras formas de produção e consumo, como as perspectivas do decrescimento e do pós-extrativismo, que contemplem a superação de um ideário de crescimento que nos leva para a destruição do planeta.

Por fim, sabendo que os componentes naturais não são infinitos, temos uma necessidade urgente de conceber outras formas de relação com a Natureza, que escapem do extrativismo predatório irracional capitalista, que sangra a terra, destrói biomas, envenena rios, adoecendo seres humanos e outros animais. As propostas trazidas neste texto passam essencialmente por ressignificar os horizontes, valorizando a vida e não a mercadoria em seu processo. Rondônia, assim como outros estados da região amazônica brasileira estão no centro atual da expansão extrativista, cabe a nós lutarmos em conjunto contra a barbárie generalizada, pensando não em outro tipo de desenvolvimento no capitalismo, mas questionando a própria noção capitalista colonial de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Aberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

AMORIM, Valdenize Ramos de. Garimpo: legalização da extração na frente de Porto Velho em que corresponde a APA (Área de Proteção Ambiental). [S.I.]. 2018.

ARÁOZ, Horacio Machado. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARAÚJO, Marlon Aurélio Tapajós; DE SALES BELO, Patrícia. “Grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia: impactos e perspectivas”. *Revista de Políticas Públicas*, v. 13, n. 2, p. 265-277, 2009. Disponível em <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4770>. Acesso em 07 mar. 2021.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. “Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo”. *Cad. CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 1 mar. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. *Discursos sobre el colonialismo*. Madrid: Ediciones Akal, 2006.

DA SILVA, Maria Aparecida; BURGEILE, Odete. “A Política de Migração e Colonização na Amazônia e em Rondônia e as diversas formas de se pensar esta região sob o viés político e econômico”. *Revista Labirinto (UNIR)*, v. 21, p. 383-399, 2015. Disponível em <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1238/0>. Acesso em 24 abr. 2021.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. “Apresentação à edição brasileira: Ousar pensar “fora da caixa””. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam Antonia; PEREIRA FILHO, Jorge (Ed.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento; grupo permanente de trabalho sobre alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. P. 13-22.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
FEARNSIDE, Philip Martin. “Exploração Mineral na Amazônia Brasileira: o custo ambiental”. In: CASTRO, Edna Ramos de; CARMO, Eunápio Dutra do. *Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena*. Belém: NAEA: UFPA, 2019. p. 35-42. Disponível em https://www.researchgate.net/profile/Jondison-Rodrigues/publication/339913737_O_Capital_Internacional_na_Amazonia_a_exploracao_do_caulim_pela_Empresa_Imerys_em_Barcarena/links/5e6bb267a6fdccf994c63f19/O-Capital-Internacional-na-Amazonia-a-exploracao-do-caulim-pela-Empresa-Imerys-em-Barcarena.pdf#page=36. Acesso em 03 mar. 2021.

FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ARAUJO, Eliane Rocha. *Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais*. CETEM. 2016.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 12. Edição. São Paulo: L&PM, 1999.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. “Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil”. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, vol. 15, n. 29, p. 38-55, jul/dez., 2016. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/133593>. Acesso em 7 mar. 2021.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Elefante, 2020.

HERRAIZ, Aurelio Diaz; DA SILVA, Maria de Nazaré Souza. “Diagnóstico socioambiental do extrativismo mineral familiar (garimpo) na calha do Rio Madeira, em Humaitá, Amazonas”. *Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 16, n. 2, 2015. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3892>. Acesso em 04 mar. 2021.

KOPENAWA, Davi.; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Cassio dos Santos. *Efeitos neuropsicológicos da exposição ao mercúrio em crianças e adolescentes da região do rio Madeira – Rondônia*. 2018. Mestrado (Instituto de Psicologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25938>. Acesso em 29 mar. 2021

MARQUES, Indira Rocha; MARQUES, Gilberto de Souza; ALVES, Fernando Araújo. A apropriação de recursos naturais na Amazônia: dependência, espoliação e saque. In: *A apropriação de recursos naturais na Amazônia: dependência, espoliação e saque*, [S.I.], 2019, p. 99-108. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/2019/Sessoes-Ordinarias/Sessao3.Mesas21_30/Mesa30/303.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MISSIATTO, Leandro. “Diferença ontológica: A dicotomia humana como espaço de produção da diferença colonial”. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 4, n. 1, p. 22-45, 2020. Disponível em <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2645>. Acesso em 01 mar. 2021.

MOURÃO, Dennys de Souza *et al.* *Avaliação da exposição ao mercúrio em comunidades ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia*. 2016. Mestrado em Ciências (Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e Meio Ambiente) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20050>. Acesso em 29 mar. 2021.

MULER, Ana Cláudia. “Dimensão Vivencial das Mulheres que viveram no Garimpo Bom Futuro (1987–1991)”. *Jamaxi*, v. 3, n. 2, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/1325>. Acesso em 04 mar. 2021.

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. “O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais”. *Revista de Geografia*, Recife, v. 27, n. 2, p. 53-69, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228806/23218>. Acesso em 21 abr. 2021.

NASCIMENTO, Vagner Ferreira do *et al.* “Vulnerabilidades em saúde de garimpeiros de uma região amazônica”. *Enfermería Actual de Costa Rica*, San José, n. 37, p. 30-49, dec., 2019. Disponível em <https://www.scielo.sa.cr/pdf/enfermeria/n37/1409-4568-enfermeria-37-30.pdf>. Acesso em 04 mar. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. “Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina”. *Polis. Revista Latino-americana*, n. 31, 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/polis/3749>. Acesso em 20. abr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo. (Ed.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 227-278.

SEABRA, Raphael Lana. “Dependentismo à teoria marxista da dependência: uma sintética crítica desta transição”. *Soc. Estado*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 261-283, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/z9cXfjmNFJsXkhmCWvzRNvF/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 19 abr. 2021.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa; LIMA, Luís Augusto Pereira. *Nota Técnica 001/2019: Cartografia da Mineração em Terras Indígenas de Rondônia*. Rondônia: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2019. Disponível em https://www.unir.br/noticias_arquivos/27556_nota_tecnica_001_2019_gtga_unir.pdf. Acesso em 29 mar. 2021.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante. 2019.

TAVARES, Henrique Neuto. *Exposição humana ao mercúrio associada aos hábitos alimentares de comunidades no alto Rio Madeira*. 2020. Mestrado em Ciências Ambientais (Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais) - Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/40221>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

TURCHI, Lenita Maria. “A colonização dirigida no processo de expansão e ocupação da fronteira agrícola: território federal de Rondônia”. *Anais*, p. 297-334, 2015. Disponível em <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/196/192>. Acesso em 21 abr. 2021.

VIEIRA, Elias Antonio. “A (in) sustentabilidade da indústria da mineração no Brasil”. *Estação Científica (UNIFAP)*, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/248>. Acesso em 03 mar. 2021.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

*Enviado em 2 de março de 2022.
Aprovado em 28 de abril de 2022.*